

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

F933e Filho, Cristino Francisco dos Santos  
Educação de Jovens e Adultos (EJA): Um olhar para  
a formação docentes / Cristino Francisco dos Santos  
Filho; orientadora Ma. Adria Kezia Campos Lima. --  
Iporá, 2023.  
21 p.

TCC (Graduação em Pedagogia Ead pelo IF Goiano -  
Campus Iporá polo de São Luís de Montes Belos) --  
Instituto Federal Goiano, Campus Iporá, 2023.

1. EJA. 2. Formação docente. 3. Educação de  
qualidade e igualitária. I. Lima, Ma. Adria Kezia  
Campos , orient. II. Título.

# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

## IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado)            | <input type="checkbox"/> Artigo científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado)      | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC (graduação)  | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

## RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano:  /  /

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

## DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local

/  /

Data

Documento assinado digitalmente



CRISTINO FRANCISCO DOS SANTOS FILHO

Data: 01/04/2023 11:38:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Documento assinado digitalmente



ADRIA KEZIA CAMPOS LIMA

Data: 01/04/2023 11:33:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ciente e de acordo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos trintas dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Adria Kezia Campos Lima (orientador), Alex Bruno da Silva. (membro), Lilian Barreto Lellis (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO DOCENTE” do estudante Cristino Francisco dos Santos Filho, Matrícula nº 2019105221350892 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida ao estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Adria Kezia Campos Lima  
Orientador/Presidente da Banca

Alex Bruno da Silva  
Membro

Lilian Barreto Lellis  
Membro

---

Acadêmico

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

**Cristino Francisco dos Santos Filho<sup>1</sup>**

**Ma. Adria Kezia Campos Lima<sup>2</sup>**

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar a importância da modalidade de ensino “Educação de Jovens e Adultos” (doravante EJA) e de pesquisar como tem sido a formação dos responsáveis por executarem na prática essa modalidade de ensino. Para tanto, utilizou-se como percurso metodológico uma abordagem qualitativa a respeito da modalidade da EJA, buscando compreender a proposta legal do ensino para EJA e como é o fazer pedagógico de seus professores afim de contribuir para a construção de uma educação de qualidade ao público que esta atende. E para o embasamento teórico voltou-se para os estudos de Freire (1981; 1994; 2001), Di Pierro e Haddad (1994), Dombosco (2012), Soares (2002), entre outros teóricos que atuaram e atuam na busca de uma melhora do ensino da EJA, além de um estudo de legislações e diretrizes vigentes que abordam a respeito da EJA. Assim, foi possível observar que apesar dos esforços e dedicação por partes de muitos que estão envolvidos na busca por uma educação igualitária no Brasil, uma educação que realmente seja um direito de todos, conforme rege a constituição, na prática tal proposta ainda não acontece. No que tange aos resultados obtidos, observa-se que processos educativos sempre constituem um exercício complexo e desafiador, trabalhar a formação de professores para atuarem na EJA não seria diferente, arrisca-se a dizer que os desafios são maiores ainda, pois esta modalidade trabalha com um público heterogêneo.

**Palavras-chave:** EJA, Formação docente, Educação de qualidade e igualitária.

### ABSTRACT

This article aims to show the importance of the teaching modality "Education of Youth and Adults" (hereinafter EJA) and to research how has been the training of those responsible for executing this teaching modality in practice. For that, a qualitative approach was used as a methodological approach regarding the modality of EJA, seeking to understand the legal proposal of teaching for EJA and how the pedagogical work of its teachers is in order to contribute to the construction of a quality education for the public. that this answer. And for the theoretical basis, he turned to the studies of Freire (1981; 1994; 2001), Di Pierro and Haddad (1994), Dombosco (2012), Soares (2002), among other theorists who acted and act in the search for a improvement of EJA teaching, as well as a study of current legislation and guidelines that address EJA. Thus, it was possible to observe that despite the efforts and dedication on the part of many who are involved in the search for an egalitarian education in Brazil, an education that really is a right for all as governs the constitution, in practice such a proposal still does not happen. With regard to the results obtained, it is observed that educational processes always constitute a complex and challenging exercise, and working on the training of teachers to be working in EJA would not be different, it is safe to say that the challenges are even greater, because this modality works with a wider public.

**Keywords:** EJA, Teachers training, Education of quality and equality.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia (ept) na modalidade a Distância. cristino.filho@estudante.ifgoiano.edu.br.

<sup>2</sup> Graduação em Letras Português/Inglês, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Educação, docente da SECITECI-MT em Barra do Garças, adrialima@secitec.mt.gov.br.

## 1. INTRODUÇÃO

A elaboração deste projeto de pesquisa tem por finalidade mostrar a importância da modalidade de ensino EJA, de pesquisar como tem sido a formação dos responsáveis por executarem, na prática, essa modalidade de ensino, a fim de possibilitar que jovens e adultos atinjam seus objetivos e de deixá-los preparados para o mercado de trabalho e para a vida.

Para que essa análise do processo educacional da EJA seja possível, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que abranjam as concepções políticas e pedagógicas do Brasil, fazendo uma breve abordagem sobre a legislação brasileira que trata dessa modalidade de ensino, bem como de referenciais teóricos que pensam a educação do estudante que tem que trabalhar, mas que também não pode ser deixado de lado quanto a sua educação. Para tanto, vários teóricos serão estudados, entre eles Freire (1981; 1994; 2001), Di Pierro e Haddad (1994), Dombosco (2012), Soares (2002), entre outros, além de um estudo a Constituição Federal, da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (doravante LDB) e diretrizes vigentes que abordam a respeito da EJA.

Diante desta conjuntura, esta análise espera propor uma reflexão quanto às concepções teóricas propostas no estudo, almejando, a partir da interpretação dos resultados, uma colaboração acadêmica relevante no universo do ensino da modalidade EJA.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Objetivando analisar a EJA, sob uma perspectiva voltada à formação docente, dá-se ênfase nos aspectos voltados à formação do professor, o que a legislação fala a este respeito e como os professores são preparados para enfrentar os desafios que a EJA oferece. Para tanto, se fará um levantamento teórico da educação como um direito de todos, seguida de uma abordagem sobre as competências científicas dos educadores e educadoras e um confronto entre preparação conteudista versus preparação didático-pedagógica. Antes, porém, fez-se necessário situar os patamares legais que tratam da promoção da EJA no Brasil.

No que se diz respeito à EJA, a legislação brasileira traz uma abordagem do direito do jovem e do adulto em estar acessando ou dando continuidade a seus estudos de forma gratuita, a Constituição Federal, no seu artigo de número 205 diz que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1988). E no seu artigo de número 208, § 1º acrescenta: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)”, (Brasil, 1988). Isso mostra que o cidadão brasileiro, estando dentro da idade obrigatória ou não, tem o direito à educação, e isso envolve a EJA.

Ainda conforme estabelece a LDB:

**Art. 37.** A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) (BRASIL, 2018)

Assim, tal legislação assegura a oferta de modalidade de ensino aos alunos que não tiveram acesso ou não concluíram, em idade prevista, o ensino fundamental ou o ensino médio, bem como trata das oportunidades educacionais apropriadas. Isso fala de qualidade, e para que haja qualidade faz-se necessário que o quadro dos docentes da EJA tenha professores qualificados na área que ministram e com formação adequada para o público que atendem.

Di Pierro e Haddad (1994) afirmam que:

“os anos imediatamente posteriores à retomada do governo nacional pelos civis em 1985 representaram um período de democratização das relações sociais e

das instituições políticas brasileiras ao qual correspondeu um alargamento do campo dos direitos sociais” (p.58).

Pois conforme os mesmos autores postulam:

“Esse processo resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988 e seus desdobramentos nas constituições dos estados e nas leis orgânicas dos municípios, instrumentos jurídicos nos quais materializou-se o reconhecimento social dos direitos das pessoas jovens e adultas à educação fundamental, com a conseqüente responsabilização do Estado por sua oferta pública, gratuita e universal. A história da educação de jovens e adultos do período da redemocratização, entretanto, é marcada pela contradição entre a afirmação no plano jurídico do direito formal da população jovem e adulta à educação básica, de um lado, e sua negação pelas políticas públicas concretas, de outro”. (DI PIERRO; HADDAD, 1994, p.119)

Deste modo, pode-se dizer que o Brasil tem uma constituição que garante uma educação pública, gratuita e universal para os jovens e adultos e que é de responsabilidade do Estado, mas faltam investimentos na aplicação de políticas públicas para garantir essa educação.

No que diz respeito ao direito a estudar, percebe-se que os alunos da EJA estão amparados pela legislação existente no Brasil. O Parecer CNE/CEB 11/2000 traz a seguinte afirmação:

Por ser um serviço público, por ser *direito de todos e dever do Estado*, é obrigação deste último interferir no campo das desigualdades e, com maior razão no caso brasileiro, no terreno das hierarquias sociais, por meio de políticas públicas. O acesso a este serviço público é uma via de chegada a patamares que possibilitam maior igualdade no espaço social. (BRASIL, 2000)

Bem como afirma que:

É importante reiterar, desde o início, que este parecer se dirige aos sistemas de ensino e seus respectivos estabelecimentos que venham a se ocupar da educação de jovens e adultos sob a forma presencial e semipresencial de cursos e tenham como objetivo o fornecimento de certificados de conclusão de etapas da educação básica. Para tais estabelecimentos, as diretrizes aqui expostas são obrigatórias bem como será obrigatória uma formação docente que lhes seja conseqüente. Estas diretrizes compreendem, pois, a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. (BRASIL, 2000).

Portanto, uma vez que há legislação vigente que regulariza a EJA, resta saber como estas leis estão sendo aplicadas para que essa educação chegue aos estudantes com

a devida qualidade. Em um país e em tempos em que se discute a inclusão como um problema social a ser resolvido e a crescente luta contra a discriminação em todas as áreas da sociedade, o preparo do docente é de fundamental importância neste processo de inclusão.

Maria Clara Di Pierro (2017) indica que:

O recuo na procura pelos cursos é atribuído pelos analistas, sobretudo, à precariedade e inadequação da oferta – considerada pouco atrativa e relevante, devido à abordagem estritamente setorial, ao despreparo dos docentes, aos rígidos modelos de organização do tempo e espaço escolar, e à desconexão dos currículos com as necessidades de aprendizagem dos jovens, adultos e idosos. (2017, p. 10)

Pode-se dizer que não há possibilidade de avançar na EJA sem que haja um avanço na construção de currículos que confronte essa desigualdade educacional, ou sem criar currículos que promovam equidade entre os sujeitos.

A modalidade de ensino EJA tem outros amparos legais com bases fortes que permite que seja defendida, ademais, para combater essa desigualdade social e promover a libertação faz-se necessário um investimento em formação dos educadores, pois como afirma Freire (1994, p. 31) a “Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela”. Percebe-se a necessidade de ações pontuais que venham colocar em prática as políticas existentes, e investir em novas políticas educacionais fortes voltadas para a qualidade da entrega da educação ao público a que se destina.

O Parecer CNE/CEB 11/2000 ainda afirma que “A EJA, de acordo com a Lei 9.394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente”. Tal afirmação confirma a necessidade da formação do professor que atua neste segmento de ensino, e conseqüentemente, apesar da segmentação política, ser capaz de relacionar teoria e prática. Assim, busca-se perspectivar estes elementos nas seções seguintes, de modo a delinear a completude do objetivado estudo da formação docente para atuação na EJA.



## 2.2. Da Teoria à Prática

Foi visto no tópico anterior que a Constituição Federal e a LDB garantem que os estudantes da EJA têm o direito de estudar, cabendo ao Estado a obrigação de fornecer vagas e ofertar uma educação de qualidade a estes estudantes. A oferta deste ensino de qualidade não é uma tarefa fácil, pois o professor além de ministrar seus conteúdos, tem como um dos seus papéis principais ofertar uma educação que possibilite ao estudante não só o aprender os conteúdos, mas absorver aprendizagem para a vida, e isso faz com que o professor necessite de uma preparação específica para desempenhar sua função com êxito. De tal modo, será discutido neste tópico, como isso acontece na prática.

Ainda existe, no Brasil, a ideia de que os estudantes da EJA são alunos com uma certa urgência de concluir seus estudos tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, essa ideia traz consigo um pensamento, por parte de alguns docentes, de que o estudante da EJA tem que ser tratado como um coitado e por isso, tudo seja facilitado para ele. Tais pensamentos não estão totalmente errados, mas se esta modalidade de ensino for encarada somente por estes vieses a integralidade deixa de ser ofertada ao aluno.

O parecer CNE/CEB 11/2000 afirma que:

a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimimento. (Brasil,2002)

Machado (2008) também diz “que a educação básica precisa primar pelo princípio da igualdade de direito de acesso ao conhecimento produzido pela humanidade”, para tanto o viés de coitadismo deve ser abandonado e capacitações específicas para professores e gestores devem ser implementadas, e isso é urgente.

Paulo Freire (1981) afirma o seguinte:

“Mas a compreensão da unidade da prática e da teoria, no domínio da educação, demanda a compreensão, também, da unidade entre a teoria e a prática social que se dá numa sociedade. Assim, a teoria que deve informar a

prática geral das classes dominantes, de que a educativa é uma dimensão, não pode ser a mesma que deve dar suporte às reivindicações das classes dominadas, na sua prática. Daí a impossibilidade de neutralidade da prática educativa como da teoria que a ela corresponde. Uma coisa, pois, é a unidade entre prática e teoria numa educação orientada no sentido da libertação, outra é a mesma unidade numa forma de educação para a “domesticação”. (FREIRE, 1981, p.15)

Sem propostas de formação não há como sair da teoria e partir para uma prática efetiva, pois ambas não operam separadamente, as duas trabalhando juntas promovem uma educação que liberta e que propicia a inclusão.

Portanto, ao se falar das práticas da EJA, não se pode deixar de abordar o fator tempo/urgência, pois ao se tratar a EJA como uma modalidade de ensino que procura acelerar o estudante em seus estudos, perde-se na qualidade do ensino, ao tratar o ensino da EJA como urgência abre precedentes para a improvisação e compensação, como afirma Moura (2018):

[...] é preciso sair da “improvisação”, “voluntarismo”, “compensação” tão típicos de uma época e que permanecem presentes ainda no contexto de governamentalidade da EJA no século XXI que não conseguiu desvincular da identidade do professor a desqualificação, a inadequação do material didático, a superficialidade das práticas, a reprodução de ações cujas características lembram a educação de crianças e adolescentes (MOURA, 2018, p.40)

A não capacitação do professor leva a utilizar material inadequado, ou seja, a aproveitar materiais que são destinados ao ensino regular, e com isso a infantilização do ensino da EJA.

Há que se pensar que o público-alvo da EJA é um público heterogêneo, com idades diferentes, ao se falar da captação do professor, Arroyo (2006) aborda este assunto da maneira a seguir:

[...] aproveitar os professores de 1ª a 4ª, e de 5ª a 8ª, dando a eles certa ‘reciclagem’ [...] continuemos formando o que já está sendo formado: um professor generalista que poderá dar aula no diurno, a crianças e adolescentes, e no noturno, a jovens e adultos. Agora, se caminarmos no sentido de que se reconheça as especificidades da educação de jovens e adultos, aí sim teremos de ter um perfil específico do educador da EJA. (ARROYO, 2006, p. 20-21).

E ainda como afirma RODRIGUES (2018)

[...] nas políticas e práticas recentes desenvolvidas pelas instâncias governamentais, a EJA continua a ser regida pelo paradigma compensatório, centrando-se em programas escolarizados de alfabetização e recuperação do atraso escolar, desenvolvidos em instalações físicas precárias, com recursos humanos improvisados e financiamento escasso. (RODRIGUES, 2018, p.417)

Mesmo nas práticas e políticas a EJA ainda é tratada como uma espécie de mecanismo que vem reparar os anos perdidos, focando apenas na recuperação de defasagem escolar do estudante e com isso o uso da improvisação ainda se faz presente, deixando de lado um fator importante que é a educação integral do estudante.

O professor de jovens e adultos trabalha com níveis diferentes de alunos, e com diferentes capacidades de aprendizagem. Há aqueles alunos que, devido ao longo tempo sem frequentar a escola e já cansados em suas batalhas do cotidiano, caminharão em ritmo mais lento cognitivamente, tem os mais jovens, que têm uma formação cultural diferente dos mais velhos. Ou seja, no trabalho com a EJA o professor encontra no seu dia a dia escolar a diversidade, e por isso ele tem papel de fundamental importância, pois terá que lidar com essas diferenças, e com um ensino visando uma pluralidade de propostas de inovação educativa que fuja do tradicional sistema escolar, por esse motivo o pensamento compensatório deve ser abandonado (ARROYO, 2006).

O olhar do educador deve ir além, entender que seu papel é de informar e orientar claramente e completo, preparando o estudante para a vida, dando a ele a condição de ter uma visão crítica de mundo, tornando-o um agente transformador da sociedade em que vive. Portanto, torna-se importante pontuar sobre a validade da competência científica e a preparação didático-pedagógica desse professor para atuar na EJA.

### **2.2.1 Competência científica dos educadores e educadoras**

Na educação, o conceito de Competência Científica surge como a capacidade, habilidade, conhecimento, aptidão, que permite ao educador desempenhar as mais diversas tarefas de forma adequada. “A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje” (FREIRE, 1994, p.143)

Roldão (2003) também afirma que:

a competência emerge quando, perante uma situação, o sujeito é capaz de mobilizar adequadamente diversos conhecimentos prévios, selecioná-los e integrá-los de forma ajustada à situação em questão. Desta forma, a competência exige apropriação sólida e ampla de saberes, de modo a permitir ao sujeito que os convoque (de forma ajustada) quando se encontra face a diferentes situações e contextos. Competência recorre, desta forma, a noções, conhecimentos, informações, procedimentos, métodos e técnicas. (Roldão, 2003, sp)

Dessa forma, competência é muito mais que conhecimento de conteúdos e didáticas, é a apropriação ampla de saberes, que a qualquer momento, quando se fizer necessário, diante das diferentes situações que possam surgir, ele possa lançar mão destes saberes e se apropriar de seus benefícios encontrando a melhor decisão a ser tomada.

Em relação à EJA, Paulo Freire (2001) ainda afirma que:

“O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos – trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos –, nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da Educação Popular. A Educação de Adultos, virando Educação Popular, se tornou mais abrangente. “Certos programas com alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde primária são apenas uma parte do trabalho mais amplo que se sugere quando se fala em Educação Popular”. (FREIRE, 2001, p.16)

Compreende-se que a falta de competência científica não dá ao professor a condição de transmitir saberes. Ademais, segundo Freire (2001), é necessário ir além, o que exige do professor um conhecimento maior, mais profundo, a fim de que possa dar condições ao estudante seguir seu caminho, sendo um ser crítico e conhecedor de sua realidade, passando assim a ter voz ativa no contexto que estiver inserido. Não é possível utilizar os conhecimentos didáticos e os conteúdos a serem ministrados sem considerar a própria formação humana, afinal, a educação corresponde ao processo de humanização.

Assim, competência científica colabora com o educador na construção de sua identidade como agente promotor da educação para a vida, preparando-o para ser um educador social, que olha além das quatro paredes de uma sala de aula, levando-o a ver

seu aluno como um ser humano transformador e em transformação no contexto em que vive, buscando promover uma educação libertadora (FREIRE, 1987).

Sem uma formação adequada, o professor, por mais que queira inovar, sempre irá se esbarrar em situações que exigirão dele uma preparação que o norteará nas decisões que se farão necessárias tomar. Faz-se necessário ir além de uma preparação conteudista e partir para uma preparação didático-pedagógica, que é o que será tratado no próximo tópico.

### **2.2.2 Preparação Conteudista X Preparação Didático-Pedagógica**

Para que haja uma melhor compreensão deste tópico faz-se necessário que se faça uma breve definição de Preparação Conteudista e Preparação pedagógica. Partir-se-á do princípio de que se entende por “conteudismo” a valorização excessiva do conhecimento teórico e desarticulado da vida. Refere-se a um costume de se priorizar a transmissão de conteúdos, colocando o professor como centro da aprendizagem, deixando a metodologia, a aprendizagem e o próprio aluno como simples coadjuvantes da aprendizagem, citando aqui (BECKER, 1994, p.149) onde afirma que “no tradicionalismo o professor fala e o aluno escuta; o professor dita e o aluno copia; o professor decide o que fazer e o aluno executa, o professor ensina e o aluno aprende”, fazendo assim com que o estudante passe somente a ser uma espécie de depósito de conteúdos, deixando-o incapaz de tomar decisões para a vida.

Se a educação integral tem como proposta educar o aluno para a vida e a EJA também tem como um dos princípios a formação integral, esta forma de ensinar não mais se encaixa nos moldes basilares da educação, isso vem confirmar ainda mais a necessidade de que haja formações destinadas à capacitação de professores das redes públicas de educação do Brasil, mais especificamente da EJA. Acredita-se que a maioria dos professores que hoje atuam na rede pública se vale de uma preparação conteudista.

Nesse mesmo sentido, Azevedo (2013, p.4) fala sobre “[...] a importância de professores capacitados e conscientes a respeito da educação como prática social transformadora, não apenas em relação aos conteúdos transmitidos, mas também à forma de ensinar, não se esquecendo da realidade concreta vivida do educando”. Reforçando

ainda mais a necessidade de o professor atuar como um agente transformador e não somente como um transmissor de conteúdo.

Quanto à preparação Didático-Pedagógica, convém ressaltar que é necessário saber o que é didático e o que é pedagógico, pois apesar de andarem juntos, têm significados distintos, mas se completam. Didática é compreendida como a técnica de ensinar, métodos. Já a pedagogia é a ciência que estuda a educação. Então quando se fala de uma preparação didático-pedagógica está se falando de uma preparação que vá unir o conhecimento pedagógico ao conhecimento didático do professor, proporcionando a ele a capacidade de desenvolver seu papel de educador de maneira satisfatória.

Sanada e Silva (2018) demonstram uma preocupação quanto à formação didático-pedagógica do professor como visto na citação abaixo:

Atuando na formação de futuros professores, uma de nossas preocupações diz respeito a conduzir processos de ensino e aprendizagem que permitam aos estudantes aprender, simultaneamente, conteúdos específicos da disciplina e procedimentos didáticos inovadores que possam ser utilizados no exercício da docência. (SANADA; SILVA 2018, p.163)

Estes procedimentos didáticos inovadores têm um papel fundamental com relação à aprendizagem dos alunos da EJA, pois a necessidade de uma formação integral do aluno é urgente, e ao se buscar métodos que ajudam nesta formação, proporciona ao estudante da EJA uma possibilidade de inclusão mais real, mais palpável.

No que tange a formação do docente que atua na EJA, Miranda e Pereira (2018, p.214) comungam que “impõe-se desenvolver a sensibilidade e a internalização da proposta pedagógica para essa modalidade, conhecer seus sujeitos, conhecer sobre o processo de aprendizagem desses estudantes, suas histórias de vida e estudantis.” Essa proposição corrobora com o pensamento de que um professor preparado didático-pedagógicamente é capaz de conduzir seu alunado a outros patamares de compreensão de mundo que muitas vezes as circunstâncias os levam.

Por isso, faz-se necessária uma preparação adequada, que leva o educador a um conhecer pedagógico e didático mais profundo, a fim de explorar os recursos apreendidos de forma satisfatória no exercício do magistério, proporcionando assim uma maior qualidade do ensino e uma maior absorção de conhecimentos e saberes por parte dos estudantes. A preparação conteudista do professor permitirá que o aluno da EJA tenha

acesso ao conhecimento que lhe é direito, mas será a preparação didático-pedagógica que garantirá que no momento da transmissão de conhecimento sejam levadas em consideração algumas características típicas dos alunos desse segmento da educação.

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Para atingir os propósitos desta pesquisa foi feita uma abordagem qualitativa a respeito da modalidade da EJA, buscando compreender a proposta legal do ensino para EJA e como é o fazer pedagógico de seus professores a fim de contribuir para a construção de uma educação de qualidade ao público que esta atende. A pesquisa qualitativa relaciona-se com a proposta de investigação que se refere à forma de analisar e interpretar os dados a partir das diferentes formas com as quais os indivíduos atribuem significado aos objetos, aos fatos e às experiências. É, portanto, o contexto de estudo das ciências humanas, em específico a Educação, visto que, como afirma Gamboa (1998), tais estudos, em sua grande maioria, pertencem ao mesmo mundo do sujeito pesquisador que representa a subjetividade da pesquisa.

A pesquisa se desenvolveu através de um estudo bibliográfico e documental, visando à definição feita por Gil (2002), que conceitua essa como uma metodologia que objetiva organizar os conhecimentos relativos ao assunto estudado a partir do que já foi discutido por diversos teóricos. Assim, buscou compreender a legislação que rege o ensino da EJA, bem como os teóricos abordam a qualificação dos professores que atuam nessa modalidade, com a finalidade de saber sobre os desafios e possibilidades na formação dos professores que atuam na modalidade alvo deste estudo.

A referida pesquisa foi realizada nos meses de abril a junho de 2022 e os dados coletados foram analisados e tabulados a fim de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa. A partir da sistematização das informações colhidas, o desenvolvimento da pesquisa colabora com os estudos voltados à formação docente do professor que atua na EJA, visando a uma compreensão reflexiva sobre o tema abordado.

Da análise feita a partir da teorização crítica a respeito do objeto em estudo, tem-se a proposta de compreender melhor as potencialidades e limitações acerca do ensino na EJA, os resultados são um compromisso social que constitui parte integrante da EJA.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da sistematização das informações colhidas, chega-se à conclusão de que, apesar dos esforços e dedicação por partes de muitos que estão envolvidos na busca por uma educação igualitária no Brasil, uma educação que realmente seja um direito de todos conforme rege a constituição, na prática tal proposta ainda não acontece. Considerando-se que ainda não se busca por uma melhor formação dos docentes envolvidos neste processo de educar o Jovem e o Adulto é notório a necessidade de promover a equidade, supõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes e, portanto, orientar o planejamento e a ação curricular e didático-pedagógica para a inclusão de todos e a superação das desigualdades.

A EJA ainda é uma modalidade que carece de maiores investimentos no quesito formação de professores, pois não se dedica em suas políticas uma busca pela qualidade na formação de seus docentes, ficando sempre para o segundo plano, sem entender que esta modalidade de ensino precisa de um olhar diferenciado.

A Resolução nº 51 de 16 de setembro de 2009, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) em seu artigo 1, parágrafos 1,2 e 3 trata do benefício concedido aos estudantes da EJA de estarem recebendo livros didáticos gratuitos dentro dos componentes curriculares da modalidade. Seu último guia de escolha foi disponibilizado em 2014, a falta de material apropriado reflete em um trabalho sem a devida adequação ao perfil do aluno, o que ocorre em um empobrecimento da aprendizagem.

Como ponto positivo pode-se observar a existência de vários fóruns da EJA na internet, que exerce um papel muito importante quanto à informação e orientação a professores e alunos da EJA, dentro destes fóruns existem relevantes debates no que tange ao melhoramento desta modalidade de ensino. Por outro lado, percebe-se que estes fóruns são pouco difundidos e o desconhecimento deste espaço de debate para os profissionais que atuam com a modalidade EJA colaboram para a sensação de uma atividade solitária dos professores, que terminam por trabalhar de forma pouco orientada, aproveitando, na maioria das vezes, materiais didáticos do ensino regular.

Dessa forma, uma modalidade de ensino que foi criada com a finalidade de atender aquele que, por algum motivo não concluiu seus estudos em idade escolar e resolveu



buscar uma complementação de seus estudos fora do sistema regular, que muitas vezes chega à escola depois de uma jornada de trabalho pesada e cansativa, encontra um ambiente onde são tratados como coitados e necessitados de um assistencialismo em detrimento de uma educação de qualidade, essa modalidade não cumpre seu papel, pois muitas vezes os alunos saem da escola ainda mais desmotivados ou da mesma forma que entraram, tendo como única diferença um certificado de conclusão que não acrescenta nada em sua vida.

Além da falta de currículo específico, o professor traz consigo o problema da falta de formação específica para a modalidade dentro das graduações. Segundo dados apresentados por Soares (2007), “até o ano de 2006, em um universo de 1698 cursos de Pedagogia no Brasil, apenas 27 cursos tinham habilitação em educação de jovens e adultos”, isso sem mencionar os cursos de licenciatura. Esses cursos capacitam para ensino fundamental e médio e não prepara para o trabalho com a educação de adultos, tão pouco uma formação por vezes multisseriada ou em período letivo mais curto que não oferecem uma formação específica voltada aos professores da EJA.

Segundo a Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos de 2002:

Desse modo, no Brasil, um curso de formação de professores não pode deixar de lado a questão da educação de jovens e adultos, que ainda é uma necessidade social expressiva. Inúmeras experiências apontam para a necessidade de pensar a especificidade desses alunos e de superar a prática de trabalhar com eles da mesma forma com que se trabalha com as crianças e os adolescentes do Ensino Fundamental e Médio. (BRASIL, 2002, p.140)

Isso reforça a necessidade de uma formação específica para o professor de jovens e adultos, fator que não pode ser negligenciado. Corroborando para a ideia de que os cursos de licenciatura também devem privilegiar a construção de situações didáticas eficazes e significativas que levem em consideração os contextos que configuram a aprendizagem dos alunos dessa modalidade de ensino, que se distanciam dos contextos de aprendizagem do universo infantil e adolescente (BRASIL, 2002).

Outro fator de discussão na formação do professor da EJA é também a desqualificação, ou seja, a falta de oferta de capacitações específicas para o professor que trabalha com essa modalidade, tudo isso são ações que geram superficialidade das práticas, ou até mesmo a reprodução de ações cujas características lembram a educação

de crianças e adolescentes, deixando de alcançar o jovem e o adulto de forma adequada. É por meio da qualificação que se leva o educador a ter um perfil de educador da EJA.

Neste sentido, Arroyo (2006) afirma que “se caminharmos no sentido de que se reconheçam as especificidades da educação de jovens e adultos, aí sim teremos de ter um perfil específico do educador da EJA e, conseqüentemente, uma política específica para a formação desses educadores”. Com base nesta afirmação, pode-se dizer que a necessidade da formação do professor da EJA é urgente, não se pode mais postergar um assunto tão importante como esse, que dará a possibilidade ao estudante desta modalidade de ensino a oportunidade de ser incluído socialmente e profissionalmente.

Valorizar o profissional educador oferecendo a ele a oportunidade de aprimorar sua qualificação é valorizar o público que ele atende. As políticas sociais neste país devem sair das políticas de palanques eleitoreiros e se transformarem em Políticas Públicas efetivas, a fim de que a qualidade da educação se alavanque e atinja um patamar de destaque. Não há mais espaço para o faz de conta, é momento de partir para ações em prol de uma educação real e igualitária neste país.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Abordar processos educativos sempre constitui um exercício complexo e desafiador, e trabalhar a formação de professores para atuarem na EJA não seria diferente, arrisca-se a dizer que os desafios são maiores ainda, pois esta modalidade trabalha com um público diferenciado dos demais. Devido à sua heterogeneidade, os alunos necessitam de um olhar mais apurado, e sem políticas com a efetiva valorização desta modalidade de ensino, torna-se inviável oferecer qualidade de ensino a este grupo de estudantes.

Reforça-se aqui que as classes da EJA são formadas por jovens, adultos e idosos, cada um traz consigo limitações e capacidades diferentes: nasceram e viveram em momentos diferentes, vivenciaram experiências diferentes, mas que agora dividem o mesmo espaço da sala de aula, e por isso o papel do professor é primordial, pois deve estar atento a esta peculiaridade encontrada nessa modalidade. Cabe ao docente a atribuição de administrar este ambiente de uma forma harmônica, a fim de que possa ao mesmo tempo em que ministra uma aula para todos, explorar a individualidade, extraindo de cada aluno conhecimentos prévios, de forma que contribua para aprendizagem de si

próprio e de todos envolvidos neste processo, preparando-o para a vida, mas sem deixar de apresentar os conteúdos programáticos necessários para sua capacitação profissional ou para qualquer outra finalidade que o estudante busca.

Com base nos resultados obtidos neste estudo, pode-se afirmar que apesar de ser prevista, a oferta de cursos ou formações voltadas especificamente para o trabalho com a EJA ainda não acontece na prática, ou ocorre de forma insatisfatória. Assim como há o curso de Pedagogia que capacita profissionais para atuarem na Educação Infantil, ou o curso de Letras, como várias outras licenciaturas, que capacitam professores para atuarem no Ensino Fundamental e Médio Regular, o Brasil necessita que as ofertas dos cursos de formação do profissional professor preocupem-se em abordar de igual modo o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos adultos, além de proporcionar formação continuada específica para o professor que atua na EJA. Cabe reforçar que a atuação de um professor que ministra suas aulas na EJA é diferente da daquele que ministra em outras modalidades de ensino, por motivos que foram citados aqui diversas vezes.

Oliveira (2007) ao discutir a função da escolar afirma que:

Se a função da escola, numa concepção de enfrentamento ao poder centralizador e antidemocrático, que conduz à liberdade e autonomia, é a de educar, possibilitar a construção de conhecimentos, conteúdos, metodologias e a discussão da própria realidade, bem como ampliar a habilidades e valores, é necessário que educadores e gestores escolares repensem a prática educacional. Os problemas detectados na maioria das escolas, especialmente nas públicas, revelam que o ensino e as práticas educativas precisam de uma urgente ressignificação, pois, a partir dos novos paradigmas educacionais, que permitem a aproximação e o respeito à alteridade dos indivíduos, haverá a possibilidade de desenvolvimento de alternativas de gestão escolar mais coerentes com as modernas concepções de homem, escola e sociedades que se quer. (OLIVEIRA, 2007, p.8)

Então, não se pode simplesmente modular professores para ministrarem aulas nesta modalidade, pautado em um princípio de que professor é professor em qualquer lugar, é preciso entender que a abordagem de um professor de Língua Portuguesa é diferente da abordagem de um de Matemática, a de um professor de humanas é diferente da de um professor de exatas, e ainda mais, a abordagem de um professor de Curso Superior é diferente da de um da Educação Infantil, por que então quando se trata da EJA o pensamento e a prática é diferente, haja visto que de acordo com a APAE:

[...] os planos de ensino e currículos devem ser individualizados, em relação aos objetivos, ações didáticas e avaliação, usando recursos didáticos que contemplem todos os alunos pelas necessidades específicas que demandam o processo de ensino/aprendizagem, com ou sem deficiências... (APAE, 2009, [s.p]).

Cada professor deve ser capacitado a ministrar suas aulas dentro da necessidade do público que atende, dentro da demanda que promova o ensino e aprendizagem que seus estudantes necessitam. Sendo, portanto, fundamental que este professor seja um profissional bem preparado de modo teórico e prático para intervir e atuar no espaço da EJA.

As reflexões apresentadas neste trabalho validam o olhar para o professor como um promotor da educação que transforma crítica e socialmente a vida dos alunos. Deste modo dá-se a importância do investimento na formação docente, pois ao se preparar, este profissional torna-se seguro no desempenho de seu papel e com isso ministra uma aula de qualidade, agindo como um educador social, ensinando muito mais que conteúdos específicos, mas o desenvolvimento integral dos alunos, possibilitando-lhes a promoção de conhecimento intelectual e social, dando a eles a capacidade de ser um elemento capaz de atuar como agente transformador da sociedade em que estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

APAE – **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**: Disponível em: Acesso em 28 out 2022.

AZEVEDO, Antulio José de. **Contribuições da pedagogia crítico social dos conteúdos na prática docente**: um estudo de caso. Revista Científica Eletrônica de Pedagogia – ISSN: 1678-300X Ano XI – Número 21 – janeiro de 2013 – Periódicos Semestrais.

ARROYO, Miguel. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. In: SOARES, Leôncio. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018 e-PUB.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [zttps://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf).

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer técnico nº CEB nº: 11/2000/DF**. Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15. Ver Resolução CNE/CEB 1/2000, publicada no Diário Oficial da União de 19/7/2000, Seção 1, p. 18.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série : introdução. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002

BECKER, F. **Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 19, n. 1, jan./jun. 1994.

DI PIERRO, M. C. (Coord.). **Centros públicos de educação de jovens e adultos no estado de São Paulo**. São Paulo: FEUSP, 2017. Disponível em: [www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/148/127/6381?inline=1](http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/148/127/6381?inline=1) Acesso em: 15 out. 2022.

DOMBOSCO, Cristiane Teresa; Pereira Nunes, Fábio; Fernandes Leite, Sandra. **A Educação de Jovens e Adultos: balanço de uma pesquisa**. SOARES, L. (org.). **Educação de Jovens e Adultos: o que as pesquisas revelam**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994.

\_\_\_\_\_. **Política e educação: ensaios** / Paulo Freire. – 5. ed. - São Paulo, Cortez, 2001.

GAMBOA, Silvio Sánchez, **Epistemologia da Pesquisa em Educação**, Campinas: Práxis. 1998

GIL, Carlos Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

HADDAD, Sérgio, & DI PIERRO, Maria Clara. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos: consolidação de documentos 1985/1994**. São Paulo: CEDI, Ação Educativa, 1994.

\_\_\_\_\_. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2000, n. 14 , pp. 108-130. Epub 20 Dez 2012. ISSN 1809-449X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007>. Acesso em 25 outubro 2022

MACHADO, Maria Margarida, **Formação de professores para EJA: Uma perspectiva de Mudança**, Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>

MIRANDA, Joseval dos Reis; PEREIRA, Maria Susley. **O Currículo e a Organização do Trabalho Pedagógico na Educação de Jovens e Adultos:** possibilidades de ensino e de aprendizagens. in: GARCIA, Renata Monteiro; SILVA, Marluce Pereira da. **EJA, diversidade e inclusão:** reflexões (im)pertinentes. Renata Monteiro Garcia, Marluce Pereira da Silva (organização). João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.

OLIVEIRA, O. S., CÁRDIAS, S. e ROCHA, A. **Mudanças paradigmáticas:** administração x gestão escolar – da Educação Básica ao Ensino Superior. In: Anais: **Encontro da ANPAE da Região Sul.** Reinventando a gestão educacional: políticas públicas e conhecimento / Anpae, Universidade de Passo Fundo. – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007.

PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos:** direito, concepções e sentidos. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2005.

\_\_\_\_\_. **Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, set./dez., 2006.

PEDROSO, Ana Paula; SOARES, Leôncio. **Formação de Educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA):** Alinhando contextos e tecendo Possibilidades. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698161277> Acesso em 29 de outubro de 2022

RODRIGUES, Edileuza Custódio. **Educação de Pessoas Jovens e Adultas:** revisando tendências e situação atual. In: **EJA, Diversidade e Inclusão:** reflexões (im)pertinentes. GARCIA, Renata Monteiro, SILVA, Marluce Pereira da, (organização). João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.

ROLDÃO, M. **Gestão do currículo e avaliação de competências** - as questões dos professores. Lisboa: Editorial Presença, 2003

SANADA, Elizabeth dos Reis; SILVA, Ivaneilde Dantas da. **Procedimentos metodológicos nas salas de aula do curso de pedagogia:** experiências de ensino híbrido. In: **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem

teórico-prática BACICH, Lilian; MORAN; José, (organização) Porto Alegre: Penso, 2018, e-PUB.

SOARES, Leôncio. **Diretrizes curriculares nacionais:** educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. **A formação inicial do educador de jovens e adultos:** um estudo da habilitação de EJA dos cursos de Pedagogia. In: GRACINDO, Regina Vinhaes. **Educação como exercício de diversidade:** estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais. Brasília: Líber Livro, 2007. p. 89-103.

\_\_\_\_\_. **A Formação Inicial do Educador de Jovens e Adultos:** Um estudo da habilitação de EJA dos cursos de pedagogia. ANPED, GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas / n.18, 2006. Disponível em:  
<<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT18-2030--Int.pdf>>.  
Acesso em: 15 out 2022.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Memória, história e experiência:** trajetórias de educadores de jovens e adultos no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belos Horizonte, 2006.